

rebeca



Revista Brasileira  
de Estudos de  
**Cinema**  
e Audiovisual

## O par índio/Presidente da República no Brasil

Roberval de Jesus Leone dos Santos<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Mestre (2003) e doutor (2006) pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente, é mestrando em Comunicação e Cultura Contemporâneas na Universidade Federal da Bahia (UFBA).  
Email: [roberval.leone@yahoo.com.br](mailto:roberval.leone@yahoo.com.br)

**Resumo**

Este texto aborda a etnografia audiovisual do par índio/Presidente da República no Brasil evidenciado em 35 anos de representação política democrática, culminada com a mais recente aparição do par logo após a posse do atual Presidente da República, em 2019. O artigo divide-se em introdução, metodologia, análise etnográfica e conclusão. A metodologia utilizada vale-se da antropologia da política aplicada ao documento audiovisual, no caso, a análise etnográfica do vídeo *Presidente Bolsonaro conversa com líderes indígenas no Planalto* (2019). A base teórica compõe-se de estudos do campo da antropologia política e da teoria e estética do audiovisual. A partir da verificação de algumas regularidades no comportamento dos atores políticos, é possível construir o conceito de etnocentrismo de Estado, que caracteriza os interesses e os embates dos atores no campo político.

**Palavras-chave:** etnografia visual; patrimonialismo; política indígena; etnocentrismo de Estado.

**Abstract**

This article examines the audiovisual ethnography of the Indian and the President duo in Brazil, evidenced for 35 years of democratic political representation, which culminates in the most recent performance of this type of pair, immediately after the current President of the Republic takes power (2019). The article consists of an introduction, methodology, ethnographic analysis, and conclusion. The methodology used is based on the anthropology of politics applied to the ethnographic analysis of the video *Presidente Bolsonaro conversa com líderes indígenas no Planalto* (2019). The theoretical basis consists of anthropology studies and film theory. From the verification of some regularity in the behavior of political actors, it is possible to develop the concept of state ethnocentrism, which characterizes the interests and conflicts of the actors in the political field.

**Keywords:** visual ethnography; patrimonialism; Brazilian indigenous politics; state ethnocentrism.



### Apresentação

O artigo aborda a etnografia audiovisual do par índio/Presidente da República no Brasil evidenciado em 35 anos de representação política democrática, culminada com a mais recente aparição do par logo após a posse do atual Presidente da República, em janeiro de 2019. Enquanto conceito, este par está sendo explorado pela primeira vez no campo da etnografia audiovisual.

O artigo compõe-se de uma introdução sobre os propósitos do texto, detalhamento da metodologia utilizada, análise etnográfica do objeto adiante caracterizado e conclusão. A metodologia utilizada tem como base a antropologia da política aplicada ao documento audiovisual, no caso, a análise etnográfica do vídeo *Presidente Bolsonaro conversa com líderes indígenas no Planalto* (2019). A base teórica usa estudos do campo da antropologia política e da teoria e estética do cinema e do audiovisual. A partir da verificação de algumas regularidades no comportamento dos atores políticos, é possível construir o conceito de etnocentrismo de Estado, que caracteriza os interesses e os embates dos atores no campo político.

### Introdução

O par índio/Presidente da República (PR) é bem conhecido, no Brasil, a partir do início da Nova República (1985), mantendo-se mais vigoroso sob o modelo de democracia representativa da Constituição de 1988, conforme as evidências disponíveis por meio da imprensa escrita, imagens, vídeos e toda sorte de suporte da imagem e do áudio. A capilaridade e o crescimento das redes sociais, suportados pela internet, nas quais imagens e áudios são embarcados, aumentaram extraordinariamente a exposição do par índio/PR, a partir dos anos 2000, e bem se poderia, a partir de então, aplicar ao termo um adjetivo: par audiovisual índio/PR.

Quer a partir de busca ativa junto às fontes oficiais (Arquivo Nacional e Acervo Pessoal dos Presidentes da República), quer junto ao próprio Google, o par tem presença bastante significativa, no Brasil, ainda que localizado em momentos rituais da política, como as campanhas eleitorais, a fase de legitimação do PR (normalmente em torno dos 100 primeiros dias de Governo), bem como efemérides nas quais o par índio/PR se intensifica na mídia, como as do mês de abril. Exemplos pitorescos do par, que podem facilmente ser recobrados pela nossa memória, são a pajelança *requisitada* pelo PR José Sarney, em 1985/1986, a Raoni, líder da etnia caiapó, em favor de Augusto Ruschi (o caso é nebuloso, com desmentidos do então Ministro Ronaldo Costa Couto) (Agência Estado, 1986); o PR Fernando Collor de Melo e os Yanomami, por ocasião das demarcações realizadas na ECO 92, a recepção do PR Fernando Henrique Cardoso ao



índio Chaitanya Temepara (novembro de 2001) e, finalmente, as incontáveis repetições do par no período 2003-2016 (PR Lula e PR Dilma).

O par índio/PR nem sempre se apresenta fisicamente, mas pode estar conectado ou mediado por um sem número de atores sociais isoladamente ou compondo um *mix*, como no caso da pajelança de 1985/1986. A antropologia visual, ao abordar visualmente e sonoramente a antropologia, de modo que o audiovisual, inclusive a narrativa nele inserido, seja objeto de reflexão e análise, auxilia a antropologia da política, a partir de categorias epistemológicas por ela geradas, para iluminar a pesquisa, como a relação colonizador/colonizado ilustrada em *Les maîtres fous* (ROUCH, 1955), ainda que hoje encarada com as cautelas de praxe (SZTUTMAN, 2009). Este ensaio tem por objetivo estudar o caso do par índio/PR exposto pelo vídeo *Presidente Bolsonaro conversa com líderes indígenas no Planalto* (2019), no âmbito da antropologia da política.

### Considerações Teóricas e Metodológicas

Não era necessário dizer, mas a reiteração faz parte da própria atualização do Saber, não como ato de fé, mas como clareza de abordagem, de modo que é importante lembrar que

uma antropologia da política parte da suposição básica de que a categoria 'política' é sempre etnográfica — quer para aqueles que são observados, quer para o próprio investigador. Tal passo é fundamental para resolver os problemas tradicionais sobre a coincidência, semelhança ou distância entre os valores do pesquisador e o universo pesquisado, com o conseqüente obstáculo que se detecta em relação à percepção das diferenças — nóculo fundamental para o refinamento teórico. Tal procedimento tem mais uma dimensão importante: ele implica colocar como sistemas de valores e de conhecimento tanto a política investigada quanto a política definida e legitimada pelos padrões ocidentais modernos, deslegitimando pretensões essencialistas, sociocêntricas e conformistas. Em outras palavras: se à antropologia cabe, como vocação, reunir o que a ideologia moderna separou — de forma a possibilitar uma perspectiva universalista a partir da comparação entre universais concretos — tal procedimento permitirá que se elucide a ideia – valor predominante em cada sociedade ou cultura e suas relações hierárquicas. Assim é que, separar a



priori os níveis da 'economia', 'direito', 'religião' ou, no caso em questão, 'política', é sucumbir às pressões ideológicas da própria ideologia moderna (PEIRANO, 1998: 22-23, grifos da autora).

Reconheço que a pesquisa etnográfica sem observação participante ou mesmo observação direta em sentido estrito é uma limitação ao presente trabalho, mas existem momentos em que o próprio objeto do estudo de caso já não é mais acessível ou mesmo o material existente é um completo recipiente de significados, quer por parte dos atores envolvidos, ou seja, os produtores da experiência, quer por parte dos agentes passivos, que fruem a experiência, como é evidentemente o caso de um vídeo. De qualquer modo, são materiais que, apesar de evidentemente não nascerem do trabalho etnográfico de que nos falamos, por exemplo, Malinowski (1978) ou Evans-Pitchard (1978), clamam por interpretação baseada no que a etnografia já produziu anteriormente, ou, pelo menos, uma descrição fundada em argumentos científicos, no sentido lembrado por Da Matta (1978: 35) ao citar Geertz.

Se servir de estímulo à abrangência cada vez maior da antropologia em matéria de objetos de pesquisa, tomo a primorosa resenha de tese de Manica (2010), na área de antropologia da ciência, que teve por objeto de pesquisa etnográfica a "*trajetória*" de Elcimar Coutinho, polêmico ginecologista brasileiro, na qual é reiterada "a abordagem biográfica como uma metodologia antropológica interessante" (MANICA, 2010: 71-72). Como afirma Chaves (2004: 377), "na política, as palavras têm um poder performativo inaudito. Tanto quanto as ações, elas assumem um poder constituinte e são, em geral, destinadas a adquirir relevância, isto é, significação social". Se assim é, mais se poderia dizer do audiovisual em relação às palavras, no qual imagens, aí embutidos gestos e atitudes corporais, sons, silêncios e diálogos se conjugam, como no vídeo objeto deste trabalho.

Esse caso até pode revestir-se de um fato político localizado, um fato social, um acontecimento midiático ou mesmo uma formalidade palaciana, como já se viu outras vezes durante o mês de abril, no Brasil, mas é, também, um fato etnográfico no sentido de Evans-Pritchard (PEIRANO, 2014: 380), portanto imerso em uma particularidade que, conjugada com fatos progressos similares, implica atenção da antropologia e do audiovisual, permanecendo digno de reflexão. Trata-se daquele sentimento de estranhamento lembrado por Peirano (2014: 380): da mesma maneira que "*o instinto etnográfico*" lhe foi "*acionado*" ao final da experiência com o cadastramento biométrico eleitoral, este me foi ativado quando, pela primeira vez, tive a experiência de assistir ao vídeo.



Desse modo, pensando na ocorrência tão “*familiar*” (de mim tão perto ou já corriqueiro), para uns, e “*exótica*” (de mim tão longe ou estranho), para outros, do par índio/PR ao longo de quase 35 anos, ensina Gilberto Velho, referindo-se às complicações do ofício do antropólogo:

O que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos pode ser exótico, mas, até certo ponto, conhecido. No entanto, estamos sempre pressupondo familiaridades e exotismos como fontes de conhecimento ou desconhecimento, respectivamente (VELHO, 1978: 39)

Além da teoria provida pela antropologia política, a visita à teoria e estética do cinema e do audiovisual é importante, porque permite a abordagem efetiva do próprio documento audiovisual, isto é, o vídeo adiante analisado. Neste sentido, duas obras clássicas oferecem as bases para este fim. Refiro-me, primeiramente, a Jullier e Marie (2009: 19-72), que versam sobre a análise fílmica – ou seja, a “leitura” do filme –, a qual tem por objeto, em geral, o filme, no sentido da gramática cinematográfica consolidada pelo cinema. Algumas ferramentas discutidas pelos autores podem ser aplicadas ao vídeo no sentido audiovisual, no âmbito das redes sociais, como é o deste trabalho, porque certos artefatos do aparato cinematográfico subsistem no vídeo. Assim, noções exploradas pelos autores como, dentre outras, ponto de vista, natureza e dinâmica dos planos, elementos do aparato fílmico (*set*, luz e som), montagem, cenografia e espectador são úteis, para se atingir uma decomposição do vídeo passível de uma interpretação textual ao final, desde que a estética seja compreendida no âmbito do objeto de análise, no caso deste artigo, o produto audiovisual.

Por isso, importa, agora em relação à segunda obra (AUMONT, 2020), atrair os aspectos estéticos, embora os estudos desse autor se estabeleçam, como em Jullier e Marie (2009), em geral, no âmbito do cinema, com as especificidades que essa linguagem determina, como se deduz do quarto capítulo da obra (AUMONT, 2020). Aplicada à linguagem audiovisual, com as devidas cautelas, os aspectos estéticos de um vídeo podem ser explorados para igualmente auxiliar a compreensão textual e a fruição do produto, agora já não mais no âmbito da dicotomia aparato/espectador (filme), mas no ambiente multidimensional aparato/redes sociais/usuário/outros campos (vídeo de uma *live*), de modo que aspectos similares daquela estética se manifestam igualmente, embora de uma forma diferente: a representação (espaço do vídeo, quer em campo, quer fora do campo sonoro e visual), a montagem (no caso do vídeo, determinada pelo aparato e pela situação visualizada, como se verá adiante), a narrativa, isto é, a exposição da história com dada coerência interna e, por fim, as



particularidades da linguagem do vídeo, concorrem como um partir de si mesmos, enquanto objetos, que estão à mão da produção como ferramentas inevitáveis para a realização do vídeo, e cujo sentido, em vez de surgir *ex-ante*, como no cinema, surge *ex-post*.

Um exemplo de aplicação da composição das considerações teóricas das mencionadas obras no âmbito do audiovisual é o texto de Oliva (2017), que, por assim dizer, amplia o campo de estudos, sobretudo quando a linguagem passa a ser híbrida, como é o caso de vídeos, memes, clipes, vídeo interativo, transmissões por interfaces (online) etc. Finalmente, é importante sublinhar que, diante do regime de imagens digitais inaugurado pela contemporaneidade, em que o observador é cooptado a contemplar uma multiplicidade de imagens sem qualquer sentido estético (CRARY, 2016: 39-69), pugnar pela criação de noções analíticas adequadas a esse novo regime e pela introdução de conceitos derivados da análise e da estética do filme, como os mencionados adiante, é um progresso nas mãos dos que recusam sucumbir a esse regime.

#### **“Qual que é a minha *live* aqui?” (PR, 17/4/2019)**

O vídeo objeto deste estudo sofre das mesmas complicações de qualquer outro produto audiovisual contemporâneo, quando embarcados nas plataformas da Internet. Primeiro de tudo, não há controle de cópias. No próprio local onde o vídeo foi gravado, havia mais de uma captação por meio de mais de uma câmera. Apesar disso, é possível identificar com fidedignidade dois vídeos que mais ou menos coincidem para os meus propósitos aqui e se pode garantir que os dois estão bem documentados.

O primeiro vídeo (V1) está atualmente disponível na plataforma *YouTube* [<https://www.youtube.com/watch?v=uraLxXmkmZQ>]. Dura 6h18min01s e foi provido na plataforma por FOLHA POLÍTICA.ORG (Jornalismo Independente), sob o título em caixa alta: “AO VIVO: PRESIDENTE JAIR BOLSONARO RECEBE ÍNDIOS E FAZ PRONUNCIAMENTO PARA O BRASIL”. Até a finalização deste texto, havia 64.198 visualizações, 6.600 gestos de aprovação (curtidas) e 121 desaprovações (descurtidas). O canal no qual o vídeo foi embarcado (Ficha Social) tinha 343 mil inscritos. Se o vídeo for exibido, é possível notar 78 comentários, que se vão rolando ao lado, os quais permanecem fixos e arquivados na página.

V1 tem uma cisão, que ocorre aproximadamente aos 37 minutos (interrupção da transmissão ao vivo pelo canal). Essa cisão ocorre mais ou menos quando a transmissão ao vivo do segundo vídeo (ver abaixo) é interrompida. Mas isso não significa que a captação desse primeiro vídeo não tenha continuado. Toda a captação audiovisual se processou, depois, normalmente, à maneira de bastidores, quando começaram



conversas, por assim dizer, menos discursivas e incursões das personagens nos diferentes pontos das dependências do Palácio do Planalto, onde ocorreram os trabalhos de vídeo. Durante toda a gravação, as personagens, sem exceção, permanecem em pé, povos indígenas e PR incluídos.

O segundo vídeo (V2) foi captado para a página Jair Messias Bolsonaro do *Facebook*. Há uma indicação segundo a qual “Jair Messias Bolsonaro fez uma transmissão ao vivo” em 17 de abril [de 2019]. Até mai./19 havia 74 mil curtidas, nenhuma descurtida, 40 mil comentários, 35 mil compartilhamentos e 1.251.591 visualizações. Uma cópia de V2 foi postada por Carlos Bolsonaro no seu canal do YouTube e continha até mai./19 3.801 visualizações, 688 curtidas, 8 descurtidas, 142 comentários e 72 mil inscritos no canal.

Foge ao escopo desta análise os elementos periféricos há pouco descritos, mas tão dignos de reflexão quanto os vídeos em si mesmos, porque incorporam não apenas a audiência ao rito ali empreendido, mas também amplia extraordinariamente as relações que podem ser inferidas do comportamento social dos participantes. Isto é, a natureza desse tipo de janela visual difere um pouco do cinema convencional ou do televisor, em que o espectador é apartado completamente da fruição. Nenhum deles aparentemente é produto da comunicação social oficial, garantida pela Secretaria Especial de Comunicação Social, órgão da Presidência da República, e parecem ter sido gerados por equipe própria, provavelmente ligada às chamadas “*redes sociais*” de Jair Messias Bolsonaro. As redes sociais do PR (oficiais) são diferentes e estão disponíveis ao final da seguinte página: <http://www2.planalto.gov.br>. Aliás, não foi possível encontrar qualquer trecho desses vídeos, por exemplo, no canal oficial do PR no YouTube. Opto, neste trabalho, por V2, gerado por meio de uma *live*, com pequenas incursões junto ao primeiro.

Uma *live* (adjetivo inglês, que em português significa a expressão elíptica “transmissão ao vivo”) é um recurso oferecido, dentre outras plataformas, pelo Facebook para transmitir online a captação de um vídeo. Curiosamente, mesmo após a transmissão ao vivo, quando o vídeo, por assim dizer, é mumificado, continua sendo denominado *live*. Aqui é o caso no qual a extensão é designada pela parte (metonímia). Esta *live* realizou-se em 17 de abril de 2019 e foi uma antecipação da *live* que regularmente o PR faz toda quinta-feira.

É necessário possuir aquela perseverança de que nos fala Evans-Pritchard (1978: 243-255) para assistir a V1 mais de uma vez, e verificar, afinal, que a *live* é um invariante de todas as quase seis horas, de modo que V2 é suficiente aqui. Pessoas que têm intimidade com técnicas de audiovisual e, mesmo, dedicam-se aos pormenores da antropologia audiovisual, sabem que um minuto de vídeo corresponde a uma eternidade





e desencadeia, na análise dura, um número quase incontrolável de constatações. Portanto, não há espaço suficiente para explorar tudo neste texto.

A *live* começa abruptamente em câmera na mão. O PR faz um aceno rápido a um dos integrantes de um povo indígena à maneira de aproximação. Depois, cada integrante dos povos ali presentes é apresentado ao PR por sua etnia (pareci, macuxi, xucuru, ianomâmi e povos da Raposa do Sol) pelo Secretário Especial de Assuntos Fundiários (Nabhan Garcia). Durante toda a *live*, a profundidade de campo é tomada por *Colheita de Banana*, de Djanira da Motta e Silva (1914-1979), localizado no Gabinete do PR.

A *live* pode suscitar no não iniciado uma sensação de improvisação. Demora um pouco para o PR assumir o comando da roda que é formada pelos interlocutores. Então ele usa uma chave de comando: “*Vamos lá*”, assumindo, então, a *live*. O procedimento de assistir a produtos audiovisuais primeiro em modo silencioso é aqui de eleição, porque só assim é possível observar o que domina a *live* depois da voz, às vezes até tendo primazia: gesto, comportamento do corpo, posição no ambiente, todos esses elementos que, na atividade política, fundada que é no discurso, ganham destaque (KUSCHNIR, 2007).

O gesto é de assentimento dos povos indígenas presentes enquanto o PR fala. A mão direita do PR à maneira de um maestro, ao proferir as palavras. A mão de um dos integrantes de povo indígena alisando o queixo, mas sem assentir com a cabeça. As interlocuções de fundo, na profundidade de campo, entre pessoas fora da roda, gestos de falta de atenção de algumas autoridades, quando dá algum comando para pessoas fora de campo. O reenquadramento de câmera, gestos de reiteração com as mãos (os membros repetem, por sinais, o que a voz está a dizer), o jogo de corpo do PR para indicar veemência e firmeza em relação ao que profere, o figurino: de um lado, integrantes dos povos indígenas com seus cocares, provavelmente indicadores da etnia, em trajes esportivos e identificação fixada na roupa. De outro, as autoridades, em trajes formais.

Todos esses aspectos se orquestram para suscitar relações de poder, manutenção de consensos e ações diferenciadas perante a câmera: o PR e as autoridades quase sempre atraindo o espectador para a cena mediante performances; os líderes de povos indígenas quase sempre *aparentemente* indiferentes aos espectadores da *live*. É possível observar vários níveis na transmissão, quando se passa a V1. O primeiro é o da roda povos indígenas-PR. O segundo, o de Ministros de Estado. O terceiro, de servidores ou autoridades mais atrás. Entre esses níveis há continuidades com seguranças, funcionários e guardas-de-ordem. De volta a V2, algum tempo depois, o



Porta-Voz do PR desloca toda a roda para ser enquadrada tendo como fundo mais visível *Colheita de Banana*.

Esse ajuste foi decisivo para melhorar o aspecto geral da *live*, pois organizou os interlocutores, aumentou o nível estético e permitiu que o par índio/PR de fato se formasse. Contudo, provocou um efeito no PR que, na estética fílmica, em geral, é abominado, a menos que seja proposital, como em *The Godfather* (Francis Ford Coppola, 1976), que são as olheiras formadas pela luz de teto (contraluz) nas personagens do círculo Corleone. Vê-se, com isso, que uma *live* em geral não tem qualquer propósito cinematográfico.

Após o ajuste, o PR assume a direção: começa a se preocupar com o áudio, posição de câmera, quem vai estar em campo ou fora e como se posicionar diante da câmera. Quando um líder de povo indígena tem mais fluência no idioma português ele parece ser menos enfático com os braços e o resto do corpo. E o contrário parece ser verdadeiro. Afagos por parte do PR junto aos povos indígenas presentes são repetitivos e sempre que estes encerram a fala e outro ocupa o lugar.

Políticos se diferenciam pela habilidade em cada competência performática. Há aqueles que são mais performáticos no contato com as “massas”. Há os que delas guardam uma distância providencial, mas terão desempenho melhor com os ritos do cargo. Outros serão mais hábeis com os meios tradicionais de comunicação (TV, rádio etc.). Na *live*, é expressa a habilidade do PR com as redes sociais, que salta aos olhos quando se compara com o desempenho do Ministro da Saúde, por exemplo, ao ser chamado para a roda, comportando-se de forma protocolar. Há momentos, quando o integrante de povo indígena fala, em que o PR parece estar a cair em pé (similar a um João-bobo), provavelmente por cansaço. Tempos depois, recobrada a vigilância, começa a olhar ao redor, à maneira de uma ave. É clara, por parte do PR, uma energia canalizada para explicar com um didatismo rigoroso o assunto básico da *live*: a exploração das terras indígenas para atividades econômicas (agricultura, pastoreio, mineração etc.).

Da mesma forma que é útil destrinchar a *live* a partir da reprodução silenciosa do vídeo, é útil fazer o processo inverso. Com isso, a presença da imagem não atenua a potência discursiva. Assim, constato que algumas palavras ligadas aos objetivos declarados expressamente pelos interlocutores em relação à “audiência” no Gabinete do PR são dominantes em relação a outras (Tabela 1), bem como declarações que suscitaram em mim aquela sensação de exotismo (Tabela 2). O ritual é familiar: não conseguiria contar o número de vezes em que o par índio/PR aconteceu. Porém, após a visualização da *live*, aquela chave instintiva do etnógrafo foi acionada (PEIRANO, 2014: 378).


**Tabela 1 – Frequência de palavras**

Termo ou Palavra (sinônimos e associados)	Frequência na <i>live</i>
Aceitas no Ritual	
Terra	45
Riqueza	31
Agricultura	14
Mineração	10
Ausência de intermediários entre índios e PR	7
Como nós brancos	7
Palavras-Tabus	
ONG	22
Parlamento	15
Garimpo	12
Instituições estatais (FUNAI, IBAMA, Exército, Polícia Federal)	10

**Tabela 2 – Frases de gatilho do instinto etnográfico**

PR ou autoridade auxiliar	Povos Indígenas Presentes
<i>“Conforme eu conversei com vocês hoje (...), uma das ideias principais do PR são [sic] o acesso direto dos índios diretamente ao Governo. ”</i>	<i>“Foi ele [Senador da República presente ao ritual, Chico Rodrigues] que abriu a porta para nós. ”</i>
<i>“Eu sou capitão do Exército. ”</i>	<i>“Nós estamos lá em cima da riqueza. Por que a gente continua pobre? ”</i>
<i>“Lógico, vai depender do Parlamento. ”</i>	<i>“Aqui é [sic] direto com o senhor. ”</i>
<i>“Com todo respeito, alguns querem que vocês fiquem dentro da terra indígena como se fosse [sic] um animal pré-histórico. (...). Não é pré-histórico, não. Vocês são seres humanos (...). O teu coração é igual ao meu coração. ”</i>	<i>“A cultura do índio é [ter um] a vida boa. ”</i>



“Está aqui um testemunho (...). Fala até bem. ” [o PR referindo-se a um dos índios].	
“Não tem intermediário neste Governo. ”	
“Roraima. Tive três vezes em Roraima. Embaixo da terra tem uma tabela periódica. ”	
“Vivem em favela? [Pergunta do PR a respeito de índios que vivem nas periferias] Comunidade, favela não. Favela é palavrão. Muda o nome. ”	

### O etnocentrismo de Estado

Sabe-se o quanto “*episódios aparentemente irrelevantes*”, a “*dimensão simbólica*”, “*táticas de manipulação política*”, as quais grassam em qualquer povo, e a prática da política como “*meio de acesso a recursos públicos*” etc. fazem parte do “*universo político*” (KUSCHNIR 2007: 7-8). Todos esses elementos proliferam na *live*. Cumpre, então, verificar quais regularidades se fazem presentes e quais constatações podem ser realizadas como campo ainda a ser explorado pela antropologia da política, diante da provável revolução causada pela tecnologia, que modifica muito o comportamento da política.

De fato, no ritual é celebrada uma troca futura expressa: os líderes de povos indígenas concordam com a exploração das terras indígenas em troca de proteção, apoio e caminho livre pelo Estado. Essa troca, porém, talvez seja inédita: não haverá intermediários. Trata-se de uma troca direta entre homem branco e líderes indígenas, como tantas vezes a história registrou. Terá sido toda essa *live* uma encenação política? Ainda que não tenha sido, não deixa de ter sido. Nas relações de poder, essa confusão faz parte do processo em virtude da multiplicidade de significados e de contextos, conforme acentuou Palmeira (s. d.: 5). Mas mais importante do que a circularidade, é o fato inegável de que há ali uma comunhão de objetivos em prol de busca de riqueza econômica em um extenso território do qual os agentes ainda não têm um inventário claro. Trata-se evidentemente do mito não dito do Eldorado. Ou, nas palavras do PR, a “*tabela periódica*” por debaixo da terra.

O ritual aqui reproduzido é uma regularidade na política nacional (o par índio/PR), mas com diferenças fundamentais a seguir observadas. Essas diferenças decorrem da



modificação radical da forma do rito, e, para isso, a análise audiovisual contribui sobremaneira. A ação de Estado é completamente substituída pela ação do Governo. Mais do que isso: os intermediários, na forma de instituições administrativas do Poder Executivo (Fundação Nacional do Índio, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e, em grau menor, Exército Brasileiro e Polícia Federal), do Poder Legislativo (“*Parlamento*”) e dos próprios políticos são considerados obstáculos para os objetivos da troca. Aliás, ou suscitam medo e cautela, ou a mais pura execração. A provável ausência das redes oficiais, especialmente as televisões estatais, durante o ritual, parece confirmar a diminuição extraordinária do papel do Estado na comunicação social, especialmente em matéria política, o que leva, de novo, à assunção do Governo combinado com a ação particular (redes sociais) em relação ao Estado.

Note que ONG (acrônimo de organização não-governamental) é o inimigo a ser eliminado: “*para os amigos, pão; para os inimigos, pau*” (citado por Leal 2012: 10). A declaração de guerra é expressa. Mesmo as exceções proferidas não acautelam a determinação dos interlocutores. A ONG age como obstáculo ao Eldorado. A ressignificação de conceitos é clara. Se a demarcação de terras indígenas surge, e assim é na legislação atual, como medida protetiva à exploração ilegal do patrimônio indígena para usufruto dos detentores da posse da terra (índios), na *live* ela emerge assumindo um sentido oposto: é justamente por estar demarcada que há de ser explorada economicamente. Algo similar acontece com o conceito de terra indígena, que passa a ter um significado diferente do da legislação atual: confunde-se “*com o conceito civilista de propriedade privada*” (FUNAI 2014).

A sensação familiar de que lideranças dos povos indígenas sempre encarnam certa homogeneidade de posições é, talvez pela primeira vez, negada em prol da revelação de cisões políticas, como demonstra, por ocasião da *live*, o par índio/Presidente da Câmara dos Deputados. Até o último PR (2018), o par índio/PR assumia a aparência tradicional. A partir de 2019, adentra ao Palácio do Planalto uma infraestrutura concorrente não apenas com as redes sociais oficiais, mas também substitutiva da veiculação tradicional. Não é que tenha havido uma eliminação. Houve uma mudança de paradigma institucional. E essa mudança liga-se, em substância, ao acerto fixado no ritual: *proibição de intermediários*. Isso não deixa de ser resquício do mandonismo, do personalismo e da declaração de inimizade (o Estado como inimigo), ainda que as bases estejam deslocadas: no coronelismo, o agente atua como intermediário entre os eleitores e o Poder Público para compensar um Estado insuficiente ou inacessível em troca do favor (LEAL 2012). Aqui, a constatação é de que o bem do Estado pode ser acessado *diretamente*. E isso advém de um *argumento de autoridade* (poder do suposto conhecimento e do poder político). Lembremos que o PR é o diretor do vídeo.



Apesar das diferenças aparentes ao longo do tempo do par índio/PR, mesmo no caso da *live*, há uma estrutura invariante, o etnocentrismo, em relação ao qual Lévi-Strauss (1976: 328-366) e Herskovits (1963: 83-101) se debruçaram em textos célebres:

Não obstante, parece que a diversidade humana quase nunca foi vista pelos homens como o que realmente é: um fenômeno natural, resultante das relações diretas ou indiretas entre as sociedades. Preferiram ver nela uma espécie de monstruosidade ou escândalo; nessas matérias, o progresso do conhecimento consistiu menos em dissipar essa ilusão em benefício de uma visão mais apurada do que em aceitá-la ou buscar modos de se conformar com isso. A atitude mais antiga, certamente assentada em sólidas bases psicológicas, já que tende a reaparecer em cada um de nós quando confrontados a uma situação inesperada, consiste em repudiar, pura e simplesmente, as formas culturais, morais, religiosas, sociais ou estéticas mais afastadas daquelas a que nos identificamos (LÉVI-STRAUSS, 1976: 362).

O mecanismo primário que funciona na avaliação da cultura é o etnocentrismo. Etnocentrismo é o ponto de vista segundo o qual o próprio modo de vida de alguém é preferível a todos os outros. Como dimana do processo inicial de endoculturação, esse sentimento é conatural à maior parte dos indivíduos, quer o expressem quer não. (...) Assim sendo, deve-se considerar o etnocentrismo como um fator que opera em favor do ajustamento individual e da integração social. Pois é muito importante o fortalecimento do ego identificando-o com o próprio grupo de alguém, cujos modos são simplesmente aceitos como melhores. Se quando se racionaliza o etnocentrismo, como ocorre na cultura euro-americana, e se o apresenta como a base do programa de ação em detrimento de outros povos, dá origem a sérios problemas (HERSKOVITS, 1963: 83-101, grifos nossos).

Ora, quando uma instituição de aparência homogênea e capilar – o Estado – constitui-se no âmbito das civilizações, e quando alcança um ponto de racionalidade adequada aos seus propósitos, o etnocentrismo é apropriado pelo Estado de forma



instrumental, para promover a centralização das ideias étnicas dominantes, em geral relacionadas tanto com a produção de sentido, em termos culturais, quanto em termos da dominação da infraestrutura material, sob o comando do Governo que, em certo momento, assume o Poder. Trata-se, então, de um etnocentrismo de Estado, correspondente aos interesses das classes dominantes no sentido de Poulantzas (1974), em determinada conjuntura de luta, por intermédio do Governo.

O Estado-nacional quase sempre se opôs aos povos indígenas. As posturas são as mais variadas: do paternalismo ao genocídio, das compreensões estereotipadas às intervenções desastrosas. Essa estrutura etnocêntrica presente no Estado-nacional é apenas controlável, geralmente a partir das instituições estatais que têm alguma permeabilidade em relação a grupos ou organizações sociais – e mesmo outras instituições estatais, como o Ministério Público – que conseguem aplicar algum tipo de tensão à tendência incisiva do etnocentrismo.

Note, por exemplo, que, no Governo atual, uma das primeiras medidas – trata-se do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019 – foi justamente a liquidação dos conselhos participativos (órgãos colegiados), os quais garantiam a mencionada permeabilidade aos interesses de grupos sociais e étnicos. O que acontece com o discurso da *live* é que parece que o etnocentrismo, apesar de vir sendo limitado pelos diferentes PR, doravante é assumido sem limites, de modo que o controle da ação etnocêntrica promovido por instituições estatais permeáveis ou mesmo não-estatais é enfraquecido pelo discurso.

### Conclusão

Neste texto, foi explorado o par audiovisual índio/PR, na trajetória histórica do relacionamento entre Governos e povos indígenas, no âmbito do Estado brasileiro, a partir de um vídeo produzido e veiculado sob os auspícios do atual Presidente da República. O vídeo foi analisado com base em contribuições metodológicas e teóricas advindas de estudos da antropologia política e da teoria e estética do cinema e do audiovisual, para permitir inferências a respeito do comportamento do mencionado par na contemporaneidade brasileira, sobretudo em relação ao sentido que o vídeo promove.

Considerando os significados deduzidos da *live* e os aspectos simbólicos envolvidos na produção, bem como o conceito de etnocentrismo, conclui-se que, na lógica dos interlocutores presentes no vídeo, a limitação do etnocentrismo de Estado é um óbice à exploração de riquezas, de modo que as instituições ou estruturas que promovem a limitação precisam ser removidas. Essas constatações merecem o devido aprofundamento, mas algumas delas, de fato, podem ser consideradas evidentes, como





a questão do impacto da tecnologia na política e o papel central que o etnocentrismo de Estado parece assumir nos últimos tempos, no âmbito político.

### Referências

- AGÊNCIA ESTADO, 1986, "Couto isenta o governo da pajelança", *O Estado de São Paulo*, São Paulo.
- AUMONT, Jacques. *A estética do filme*. Campinas: Papirus, 2020 (7ª reimpressão).
- CHAVES, Christine de Alencar, 2004, "Antropologia da política: tramas e urdiduras de um novo campo de pesquisa", *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, p. 375-386.
- CRARY, Jonathan. *Capitalismo tardio e os fins do sono*. São Paulo: Ubu, 2016.
- DA MATTA, Roberto, 1978, "O ofício do etnólogo ou como ter 'Anthropological Blues'". In: Nunes, Edson de Oliveira. (Org.). *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.
- EVANS-PRITCHARD, Edward E., 1978, *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Zahar.
- FUNAI, 2014, *Terras indígenas: o que é?* Brasília: FUNAI, em <<http://funai.gov.br/index.php/2014-02-07-13-24-32>> (consultado em 30/11/2019).
- HERSKOVITS, Melville. 1963. *Antropologia cultural*, T. I. São Paulo: Mestre Jou, 1963.
- KUSCHNIR, Karina, 2007, *Antropologia da política*. Rio de Janeiro, Zahar, 2007.
- JULLIER, Laurent, MARIE, Michel. *Lendo as imagens o cinema*. São Paulo: SESC, 2009.
- LEAL, Victor Nunes, 2012, *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro, Companhia das Letras.
- LES MAÎTRES FOUS. Direção de Jean Rouch. [filme-vídeo]. 39 min. Paris: 1955.
- LÉVI-STRAUSS, Claude, 1976, *Antropologia estrutural dois*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- MALINOWSKI, Bronislaw, 1978, "Introdução: objeto, método e objetivo desta pesquisa". In: *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo, Abril Cultural.
- MANICA, Mônica, 2010, "Autobiografia, trajetória e etnografia: notas para uma Antropologia da Ciência", *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, UEM, n. 105, p. 69-77, fev., 2010.
- OLIVA, Rodrigo. *Interconexões de poéticas audiovisuais: transcineclipe, transclipecine e hiperestilização*. Curitiba: Appris, 2017.
- PALMEIRA, Moacir. "Voto: racionalidade ou significado?" *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ANPOCS, em <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_20/rbcs20\\_04.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_20/rbcs20_04.htm)> (consultado em 30/4/2019).





PEIRANO, Mariza, 1998, "Antropologia política, ciência política e antropologia da política". In: PEIRANO, Mariza, *Três Ensaios Breves*. Brasília, UnB, "Série Antropologia", n. 230.

PEIRANO, Mariza, 2014, "Etnografia não é método", *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, UFRGS, n. 42, p. 377-391, jul./dez.

PRESIDENTE BOLSONARO CONVERSA COM LÍDERES INDÍGENAS NO PLANALTO. [Filme-vídeo]. 37 min. 2019. Em <<https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/videos/965431323847896/>> (consultado em 2/5/2019).

POULANTZAS, Nicos. *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui*. Paris: Éditions du Seuil, 1974.

SZTUTMAN, Renato, 2009, "A utopia reversa de Jean Rouch: de *Os mestres loucos a Petit à petit*", *Devires*, Belo Horizonte, UFMG, v. 6, n. 1, p. 108-125.

THE GODFATHER. Direção de Francis Ford Coppola. [filme-vídeo]. 2 h. 37 min., 1972.

VELHO, Gilberto, 1978. "Observando o familiar". In: Nunes, Edson de Oliveira. (Org.). *Aventura sociológica*. Observando o familiar. Rio de Janeiro: Zahar, p. 36-46.